



CÂMARA DE CAMPINAS

O vereador de Campinas Gustavo Petta (PCdoB), acionou o MP e ingressou com uma Ação Popular na Justiça para tentar impedir o avanço do processo de concessão

# Gustavo Petta aciona MP e Justiça contra concessão do Memorial da AL

## Inclusão no PPI-SP mobiliza vereador de Campinas, Alesp e universidades

Por **Moara Semeghini**

A inclusão do Memorial da América Latina no Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), oficializada em maio pelo governo estadual, desencadeou uma série de manifestações contrárias de parlamentares, entidades acadêmicas e representantes da sociedade civil. A medida prevê estudos para viabilizar uma proposta de parceria com a iniciativa privada, a exemplo de uma eventual concessão da gestão do complexo cultural.

Na frente jurídica e política, o vereador de Campinas Gustavo Petta (PCdoB) acionou o Ministério Público e ingressou com uma Ação Popular na Justiça para tentar impedir o avanço do processo. O parlamentar também lançou o abaixo-assinado virtual “Salve o Memorial” para pressionar o governo a rever a decisão. “O governador quer entregar o Memorial da América Latina para a iniciativa privada. Estão tentando vender aquele este histórico, projetado por Oscar Niemeyer e Darcy Ribeiro, transformando a memória do nosso povo em balcão de negócios para o mercado financeiro. Memorial é arte, é debate, é festa popular e é a identidade da nossa América Latina. Um



WEBSTHER NUNES/WIKIPEDIA.ORG

Vereador de Campinas faz abaixo-assinado contra concessão do Memorial

equipamento cultural tombado como esse tem que ser gerido pelo Estado, com acesso público, universal e gratuito para todo mundo”, afirma Petta. “E a gente já viu esse filme triste acontecer com os nossos arquivos e parques. Privatizou, o preço sobe e só entra quem tem dinheiro para pagar. Nós não vamos assistir a isso de braços cruzados!”, afirma.

O avanço do projeto de concessão causou surpresa dentro da própria Fundação Memorial da América Latina. Segundo relatos divulgados pela imprensa, a diretoria não foi previamente consultada e tomou conhecimento da medida somente após a publicação pela imprensa de que o Memorial foi incluído

no PPI. A decisão chamou atenção por ocorrer exatamente em meio aos esforços da Fundação para ampliar sua atuação universitária. Na mesma data em que o Memorial foi incluído no PPI-SP, o Conselho Curador, que conta com representantes de Unicamp, USP, Unesp e Fapesp, aprovou a criação do Distrito Acadêmico e Científico Latino-Americano, projeto voltado à implantação futura do Centro de Ensino Superior Darcy Ribeiro.

Para o sociólogo Eliézer Rizzo de Oliveira, professor aposentado do Departamento de Ciência Política da Unicamp, a proposta de desestatização desconsidera a função social e histórica do complexo cultural. “É um absurdo retirar o

Memorial da América Latina sua condição plena de entidade cultural pública, uma das melhores do país em diversidade de programas, relação com a comunidade e com as universidades”, afirma o professor. Rizzo contextualiza a iniciativa do governo estadual dentro de um panorama ideológico mais amplo de privatização de serviços públicos. “No caso específico do Memorial da América Latina, a privatização confrontaria a sua natureza pública e a sua vocação cultural. Não tem o menor sentido democrático. A sociedade deveria contestar tal propósito no âmbito político, cultural e judicial”, complementa o docente.

Adunesp, PROLAM-USP, deputados e o movimento SOS Memorial reagem à concessão, defendem a preservação do patrimônio público e pedem revisão da medida.

Procurada, a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) afirmou que os estudos técnicos de viabilidade estão em fase preliminar e buscam modelos de gestão que garantam sustentabilidade e ampliem o alcance do equipamento. A pasta destacou que não há definição final sobre a implementação do projeto e assegurou que o processo seguirá ritos formais, incluindo diálogo institucional, consulta e audiências públicas.

## Hospital São Leopoldo Mandic é inaugurado e reforça rede SUS

Por **Moara Semeghini**

O Hospital São Leopoldo Mandic foi inaugurado nesta segunda-feira (13), na Casa de Saúde, no Centro de Campinas, e realizará cirurgias e internações de média complexidade, ampliando a oferta de atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Na fase inicial, a unidade contará com 27 leitos de internação e quatro salas cirúrgicas, com capacidade para realizar entre 400 e 450 procedimentos de média complexidade por mês, contribuindo para reduzir a fila de espera no município.

A unidade começa a funcionar em 27 de julho e receberá pacientes encaminhados pela Central de Regulação do município. A inauguração reuniu autoridades, representantes da instituição e convidados.

A nova estrutura tem convênio com o governo do Estado e contribuirá para desafogar a demanda dos hospitais municipais Mário Gatti e Ouro Verde, além dos Hospital PUC-Campinas e Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp, permitindo que as instituições concentrem recursos na assistência aos casos mais graves e de alta complexidade.

O Hospital atenderá pacientes do SUS nas especialidades de cirurgia geral, ortopedia, urologia, cirurgia vascular e também contará com retaguarda de clínica médica, com cinco leitos destinados ao SUS. Entre os procedimentos previstos estão cirurgias de hérnia, vesícula, varizes e intervenções ortopédicas de média complexidade.



FERNANDA SINEGA/PREFEITURA DE CAMPINAS

Médico e diretor do Grupo São Leopoldo Mandic, Guilherme Succ